



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

JUSTIÇA OU INJUSTIÇA?  
O QUE REALMENTE SENTIMOS?

MARTA SUSANA CARVALHO MARTINS

Orientador de Dissertação:

*Mestre: Ana Cristina Martins*

*Instituto Superior de Psicologia Aplicada*

Coordenador do Seminário de Dissertação:

*Mestre: Ana Cristina Martins*

*Instituto Superior de Psicologia Aplicada*

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA APLICADA

ESPECIALIDADE EM PSICOLOGIA SOCIAL E DAS ORGANIZAÇÕES.

Dissertação de Mestrado Realizada sobre a orientação de Mestre Ana Cristina Martins, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para a obtenção de grau de Mestre na Especialidade em Psicologia Social e das Organizações conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da Republica 2ª Serie de 26 de Setembro, 2006.

## Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais por todo o esforço económico despendido para me proporcionarem a realização deste Mestrado e pelo pouco apoio que lhes dei ao longo dos últimos anos da minha vida.

Agradeço á minha Orientadora Ana Cristina Martins por todo o seu apoio e empenho para comigo.

Agradeço a todos os meus amigos e pessoas anónimas que responderem ao inquérito pois sem eles não seria possível a realização desta tese, para eles, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

Para os meus amigos aqui vai mais uma palavra de agradecimento pois foram bastante importantes para mim em momentos difíceis e bem sei que nem sempre estive disponível para eles quando o precisaram, pois ao longo dos últimos anos, primeiro vieram os trabalhos de grupo, depois as frequências, e por fim o estágio e a tese, para eles as minhas sentidas desculpas por nem sempre ter estado a altura de que esperavam de mim.

Por último mas não menos importante agradeço também a alguns colegas de curso, sem mencionar nomes para não correr o risco de me esquecer de alguém que ao longo destes anos pode ter sido importante, pelos bons momentos que me preposicionaram mesmo em momentos difíceis, me deram o seu apoio para nunca desistir.

## **Resumo**

Com este estudo pretendeu-se, de uma maneira geral, averiguar se os sujeitos têm uma visão negativa da Justiça e das pessoas a ela ligadas e, também analisar como esta visão é alterada consoante o Estatuto Social e ou Formação Académica dos sujeitos.

Apesar da diferença nesta amostra não ser muito acentuada prevaleceu a ideia de que quanto mais baixa é a Formação Académica e ou Estatuto Social maior é o sentimento de descrença na Justiça e no seu funcionamento.

Uma das principais conclusões do estudo foi que esta amostra tende a descrever a justiça como sendo Injusta e Corrupta uma vez que, assim que confrontados com o estímulo “Justiça” as pessoas mencionaram em grande frequência palavras como “Injustiça” e “Corrupção”.

Palavras-chave: Justiça, Estatuto Social e Formação Académica.

## **Abstract**

With this study was intended, in a general way, to check if the subjects have a negative vision of Justice and the persons directly connected to and, also to analyze as this vision is changed consonant the Social Statute and or Academic Formation of the citizens.

Although the difference in this sample very to be accented did not take advantage the idea of that the more low it is the Academic Formation and or bigger Social Statute is the feeling of incredulity in Justice and it's functioning.

One of the main conclusions of the study was that this sample tends to describe justice as being Unjust and Corrupt a time that, as soon as collated with the stimulation “Justice” the people had mentioned in great frequency words as “Injustice” and “Corruption”.

Key – words: Justice, Social Statute and Academic Formation.

## Índice

• <b>Introdução</b>	Página 7
Justiça	Página 7
Representações Sociais	Página 11
Representação Social de Justiça	Página 13
Hipóteses de estudo	Página 14
<b>Método</b>	Página 15
Participantes	Página 15
Instrumento	Página 15
Delineamento do Estudo	Página 16
Procedimento	Página 17
Variáveis	Página 18
<b>Resultados</b>	Página 19
<b>Discussão</b>	Página 29
<b>Referências Bibliográficas</b>	Página 31
<b>Anexos</b>	Página 33
Anexo 1: Inquérito	Página 34
Anexo 2: Estatística descritiva da Variável Idade	Página 42
Anexo 3: Frequências da Variável Sexo	Página 42
Anexo 4: Estudo de Fidelidade	Página 42
Anexo 5: Teste de Normalidade aos itens em estudo associados Variável Rendimento Mensal.	Página 43
Anexo 6: Tabela de Frequências de Resposta ao item 1 da Escala	Página 44
Anexo 7: Tabela de Frequências de Resposta ao item 2 da Escala	Página 44
Anexo 8: Tabela de Frequências e Resposta ao item 3 da Escala	Página 44
Anexo 9: Tabela de Frequências de Resposta ao item 4 da Escala	Página 45
Anexo 10: Tabela de Frequências de Resposta ao item 5 da Escala	Página 45
Anexo 11: Tabela de Frequências de Resposta ao item 6 da Escala	Página 45
Anexo 12: Tabela de Frequências de Resposta ao item 7 da Escala	Página 46
Anexo 13: Tabela de Frequências de Resposta ao item 8 da Escala	Página 46
Anexo 14: Tabela de Frequências de Respostas ao item 9 da Escala	Página 46

Anexo 15: Tabela de Frequências de Resposta ao item 9 da Escala	Página 47
Anexo 16: Tabela de Frequências “Países onde a Justiça funciona melhor?”	Página 47
Anexo 17: Tabela de Frequências totais o estímulo “Quando pensa em Justiça que Tipo de Pessoas se lembra?”	Página 48
Anexo 18: Tabela de Frequências totais do estímulo “Justiça faz-me pensar em:”	Página 55
Anexo 19: Tabela de Frequências Totais da Pergunta “Porquê?”	Página 64

### **Índice de Tabelas e Figuras**

TABELA 1: Estatística Descritiva dos itens 1 a 7 do Inquérito	Página 19
TABELA 2: Correlações da Variável Sentimento de Justiça com as Variáveis Rendimento Mensal e Habitações Literárias.	Página 21
FIGURA 1: Gráfico “Países onde a Justiça funciona melhor”.	Página 23
TABELA 3: Frequência de Palavras do estímulo “quando pensa em Justiça que Tipo de Pessoas se lembra?”.	Página 24
TABELA 4: Frequência de Palavras referidas ao estímulo “Justiça faz-me pensar em:”	Página 26
TABELA 5: Frequências da Pergunta “Como foi esse Contacto?”	Página 27

*“A descrédibilização da instituição judiciária tem no entanto os maiores perigos em democracia. Até os regimes totalitários procuram manter um sistema judiciário com um mínimo de credibilidade junto da população. Por maioria da razão, o descrédito da justiça democrática, pelo papel relevante que desempenha no equilíbrio e controlo dos poderes do Estado, pela função essencial da sociedade civil, é insustentável.”* (Costa, E. 2000, cit por Mendes A.)

O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem exprime pelo adágio herdado do direito francês: *“não basta que a justiça seja bem administrada, é preciso também que ela seja vista por cada um como tendo sido bem administrada”* (Mendes, A)

## **Introdução**

Justiça é referida por alguns autores como sendo a base de uma sociedade, e, que nenhuma sociedade moderna sobrevive sem ela.

É pertinente perceber de que forma os cidadãos comuns vêm e representam a “Justiça” no nosso país e como representam as pessoas associadas á Justiça e ao seu funcionamento.

O futuro estudo pretende então tentar demonstrar as representações sociais da “Justiça” ou seja como as pessoas a vêm e a sentem assim como vêm as pessoas associadas a Justiça e aos Tribunais.

Os temas relacionados com a Justiça são hoje comuns nos discursos dos cidadãos. A mediatização de alguns processos judiciais, nomeadamente aqueles que envolvem figuras publicas e/ ou poderosas e pelas questões sociais que as envolvem entusiasma o debate publico.

Casos como Casa Pia, Vale Azevedo, Moderna, Apito Dourado, Esmeralda, Madelaine McCain, e, mais recentemente o caso Freeport e Face Oculta, andam de boca em boca dos cidadãos, muita tinta correu nos jornais e frequentemente abriram ou continuam a abrir os noticiários de todos os canais de televisão.

Somos diariamente “invadidos e bombardeados” por informação ou contra informação referente á Justiça, Sistema Judicial, funcionamento dos Tribunais e dos Processos Judiciais mais mediáticos, sempre que desfolhamos umas paginas de jornais ou, assim que ligamos a televisão a hora do jantar, não existindo ninguém neste país que nunca tenha ouvido falar por pouco que seja do processo A ou processo B.

Isto remete para pensarmos que não exista ninguém por mais baixa que seja a sua situação socioeconomia ou o nível de escolaridade que tenha que não consiga ter uma opinião mais ou menos formada sobre a Justiça e o seu funcionamento no nosso país.

Tais processos acaloram as discussões sobre as ideias de Justiça e promovem o debate de assuntos incontornáveis como a Justiça dos poderosos, a independência dos juízes, a sua formação, a manipulação da garantia processual, a morosidade dos processos, a politização da Justiça, as relações sinuosas entre media e Justiça, entre outros. (Duarte, 2007).

Um dos fenômenos mais intrigantes da sociologia política e da ciência política contemporânea é o recente e sempre crescente protagonismo social e político dos tribunais: um pouco por toda a Europa e por todo o continente americano, os tribunais, os juízes, os magistrados do Ministério Público, as investigações da polícia criminal, as sentenças judiciais surgem nas primeiras páginas dos jornais, nos noticiários televisivos e são tema freqüente de conversa entre os cidadãos. (Santos, 1996).

Em seguida apresentamos as definições de Justiça bem como alguns estudos.

## Justiça

*“ A Justiça é a primeira virtude das instituições sociais, tal como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Uma teoria, ainda que elegante e económica, deve ser rejeitada e revista se for falsa. Do mesmo modo, as leis e as instituições, por mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser abolidas ou reformadas se forem injustas. Toda e qualquer pessoa possui um cerne de inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode subjugar”.* (Rowlls 1971, cit., por Cunha et al, 2006).

*“A Justiça é... O elemento de ligação da sociedade. A Justiça permite-nos morar juntos na sociedade, construindo um vantajoso compromisso entre os direitos do indivíduo e as nossas responsabilidades para com os nossos semelhantes, permitindo-nos amar tanto a nos próprios como aos nossos vizinhos. Se quisermos evitar esse espectro de uma sociedade dividida e disposta a batalhar, devemos fazer o máximo para criar um estado de Justiça na nossa terra.* (Handy, 1994, cit., por Cunha et al, 2006)

Segundo Santos (2005) existem três modos diferentes de diagnosticar os problemas da Justiça no nosso país: o primeiro é um diagnóstico sociológico e assenta na avaliação sólida e rigorosa do desempenho do sistema judicial e na percepção dos cidadãos sobre o funcionamento dos tribunais e instituições conexas.

O segundo é um diagnóstico político, e é feito pelos decisores políticos, porque assenta em regras e pressupostos muito diferentes daqueles em que assenta o diagnóstico sociológico, e tem, por vezes, muito pouco a ver com este. É um diagnóstico mais influente porque tem atrás de si os meios de comunicação que vinculam as suas ideias.

O terceiro tipo de diagnóstico é o diagnóstico operacional, feito pelos próprios operadores do sistema judicial: magistrados, advogados, funcionários, associações profissionais e Conselhos do poder judicial.

Ainda segundo o autor os três tipos de diagnóstico não têm o mesmo peso político e na opinião pública, o primeiro é certamente o que tem menos peso, mas é aquele que permite mostrar o funcionamento real do Sistema Judicial no seu conjunto e saber dos cidadãos anónimos. Este tipo de diagnóstico dá-nos a verdade sociológica do funcionamento do sistema judicial. (Santos, 2005).

A expressão “acesso ao Direito e à Justiça” não é uma expressão redundante. Falar de acesso ao Direito não é uma qualquer tradução do acesso à Justiça. O primeiro é, sem dúvida, mais amplo, já que engloba também o direito à informação, à consulta jurídica e o patrocínio judiciário. Do acesso ao Direito depende, em grande medida, o acesso à Justiça, isto é, o recurso ao tribunal com a finalidade de obter dele uma decisão jurídica sobre uma questão juridicamente relevante. De facto “como o acesso ao Direito constitui um estágio pré-judiciário que somente a sua realização e eficácia garantirão uma via judiciária ou um direito em pleno pé de igualdade”. (Alegre, 1989. Cit por Duarte, 2007).

Alguns estudos demonstram que as pessoas mais desfavorecidas e os grupos minoritários tendem a ter mais receio dos tribunais, a perder as suas causas em tribunal e a mostrarem-se mais insatisfeitos com a actuação dos juízes, factores altamente dissuasores da mobilização legal. E, ainda que um desses grupos ganhe uma acção judicial por discriminação, por exemplo, tal não implica que o tribunal volte a decidir favoravelmente face a outro caso de discriminação. (Burstein, 1991, cit por Duarte, 2007).

O acesso ao Direito e à Justiça é a pedra de toque do regime democrático. Não há democracia sem o respeito pela garantia dos direitos dos cidadãos. Estes, por sua vez não existem

se o sistema jurídico e o sistema judicial não forem de livre acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua classe social, sexo, raça, etnia e religião. (Santos 1996)

O regime jurídico do acesso ao Direito e aos tribunais é o consagrado na Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, e compreende a informação jurídica e a protecção jurídica, a qual abrange as modalidades da consulta jurídica e o apoio judiciário. Têm direito a protecção jurídica os cidadãos nacionais e da União Europeia, bem como os estrangeiros e os apátridas com título de residência válida num Estado membro da União Europeia que demonstrem estar em situação de insuficiência económica.

As pessoas colectivas têm apenas direito à protecção jurídica na modalidade de apoio judiciário. (Portal da Justiça do Ministério da Justiça).

Os estudos realizados pela sociologia judiciária dizem-nos que os obstáculos ao acesso efectivo à Justiça por parte das classes populares são de três tipos: económicos, sociais e culturais.

Os custos económicos compreendem nomeadamente: preparos e custas judiciais, honorários de advogados e outros profissionais como peritos, gastos com transportes e outros, e uma série de “custos de oportunidade” com valor económico, para além dos custos resultantes da morosidade. (Santos 1996).

Todos estes custos tornam a Justiça cara e proporcionalmente mais cara para as acções de pequeno valor, por alguns destes custos serem rígidos, o que vitimiza mais uma vez as classes populares, é precisamente nestas acções que elas tendem a intervir.

Estudos revelam que a distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estrato social a que pertencem e que essa distância tem como causas não apenas factores económicos, mas também sociais e culturais, embora que estes últimos possam estar relacionados com as desigualdades económicas.

Em primeiro lugar, as pessoas com menores recursos financeiros tendem a conhecer pior os seus direitos. Caplowitz 1963 (citado por Santos 1996), concluiu que quanto mais baixo é o estrato social do consumidor maior é a probabilidade que desconheça os seus direitos no caso de um produto com defeito.

Em segundo lugar, mesmo conhecendo o problema como jurídico, como violação de um direito, é necessário que a pessoa se disponha a interpor acção.

Os dados mostram que os indivíduos das classes mais baixas hesitam muito mais que os outros em recorrer aos tribunais, mesmo quando reconhecem que estão perante um problema jurídico.

Num estudo feito em Nova Iorque (Carlin e Howard, 1965; citado por Santos 1996), junto de pessoas que tinham sido vítimas de pequenos acidentes e acidentes de viação verificaram que quanto mais baixo é a classe socioeconómico da pessoa acidentada menor é a probabilidade de interpor uma acção de indemnização.

Em terceiro lugar, verifica-se que o reconhecimento do problema como problema jurídico e o desejo de recorrer á Justiça para o resolver não são suficientes para a iniciativa seja de facto tomada.

Quanto mais baixo é a classe socioeconómica da pessoa menos provável que conheça um advogado ou que tenha amigos que conheçam advogados, menos provável é que saiba onde, como e quando contactar o advogado e maior é a distância geográfica entre o lugar onde vive ou trabalha e a zona da cidade onde se encontram os escritórios de advocacia e tribunais. (Santos 1996).

Resumindo, os autores mencionados dizem-nos que, as pessoas das classes socioeconómicas mais baixas recorrem menos à Justiça, porque nem sempre são conhecedores dos seus direitos e, têm normalmente uma representação de Justiça e do funcionamento dos Tribunais mais negativa.

Passaremos de seguida á enumeração de algumas definições de Representações Sociais.

## Representações Sociais

*As representações sociais são um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como versão contemporânea do senso comum.* (Moscovici, 1981 cit. por Vala 2004).

Uma representação social poderá definir-se como: *uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.* (Jodelet, 1989, cit por Vala 2004).

Para Di Giacomo 1981 representações sociais são “*critérios colectivos que traduzem escolhas e valores da colectividade considerada. As grandes opções ideológicas como espiritualismo ou o materialismo, a preponderância dada ao indivíduo ou á colectividade, tornam-se critérios avaliativos das realidades do ambiente.*” (Rodrigues 1986)

JODELET em 1989 escreveu, a propósito das representações sociais em geral: *“Temos sempre necessidade de saber a que nos agarrar relativamente ao mundo que nos rodeia. É preciso, de facto, ajustarmo-nos, dirigirmo-nos, dominar física ou intelectualmente esse mundo, identificar ou resolver os problemas por ele postos. Por estas razões, fabricamos representações ... partilhamos este mundo com os outros, apoiamo-nos neles – umas vezes na convergência, outra vezes no conflito – para o compreender, para gerir esse mundo ou afrontá-lo. Eis por que razão tais representações são sociais e tão importantes na vida corrente.”* (Mendes A, R. Discurso sem data.)

O conceito de Representação Social designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais amplamente, designa uma forma de pensamento social.

As representações Sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica (Jodelet, 1984, cit por Ramos e Novo 2002).

A representação social é assim, uma forma de conhecimento de uma realidade própria a cada grupo social, formada por categorias de pessoas, de objectos, de acontecimentos, que estão mais ligados aos critérios desses grupos do que as propriedades originais. No entanto, os comportamentos adoptados pelos indivíduos em relação à realidade objectiva são determinados pela realidade representada. (Rodrigues 1986)

As representações sociais ou imagens sociais de uma certa realidade permitem a compreensão – ou, pelo menos, possibilitam o acto de tentar compreender – a lógica dos actores sociais, certos comportamentos destes que são especialmente importantes para uma interpretação das atitudes sociais típicas em relação à Política, à Economia ou à Justiça. (Mendes A, R. Discurso sem data.)

O estudo das Representações Sociais teve a sua origem na intuição de Durkheim, sobre a subordinação dos psiquismos individuais a uma “consciência colectiva” comunitária. Essa consciência colectiva seria traduzida por um conjunto de representações partilhadas pelos membros da comunidade e determinantes de um certo grau de uniformidade nos seus comportamentos. (Rodrigues 1986).

Em 1961 Moscovici desenvolveu a noção, procurando analisar a estrutura, os processos e as funções das relações sociais, e foi inaugurada a “era das Representações Sociais” na psicologia

social, enquanto no nosso país o estudo deste domínio foi recentemente iniciado por Vala. (Rodrigues 1986).

Uma conclusão a tirar do trabalho de Moscovici é a de que a um objecto social único (no caso do estudo de Moscovici o objecto de estudo foi a *psicanálise*), pode corresponder a uma multiplicidade de representações independentes do objecto original. A multiplicidade das representações obtidas foi tão grande quanto o número de sistemas normativos e valorativos existentes no seio do público interrogado. (Rodrigues 1986)

Em seguida apresentamos alguns estudos de Representações Sociais de Justiça uma vez que é o que se pretende com o estudo.

### Representação Social de Justiça

A Representação Social é uma estrutura que articula uma dinâmica cognitiva – representada com uma dinâmica social – real segundo o objecto em estudo a que neste caso em concreto o objecto de estudo é a Justiça.

No estudo sobre a representação social de Justiça de Rodrigues et al (1986), partiram do pressuposto que não poderiam afirmar existir um consenso geral quanto ao conteúdo normativo e afectivo do conceito “Justiça”, uma vez que por um lado, é possível que todos os sujeitos possuam a mesma representação ou representações muito semelhantes daquele objecto, por outro lado nada impede de pensar que cada elemento possui a sua própria representação idiossincrática de Justiça. No primeiro caso não se pode falar em “especificidade”, e, no segundo, não poderíamos falar de “diferenciação social”.

Num inquérito aos “Sistemas de Justiça num Ambiente Urbano”, vários autores com coordenação de Hespanha (2005) concluíram que a imagem social dos tribunais não chega a ser satisfatória, dizendo que mais de metade dos inquiridos afirma que a Justiça funciona mal (um quinto acha mesmo que a Justiça funciona muito mal). Uma percentagem um pouco menor (+ 64%) acha que, as Instituições Judiciárias não são independentes dos interesses políticos, económicos e financeiros.

Quando se chega ao entendimento da linguagem da Justiça, apenas cerca de 10% considera que está é compreensível, ao passo que 70% confessa a sua dificuldade em compreender tal linguagem.

A grande maioria dos lisboetas inquiridos neste estudo acha, que a Justiça não é eficaz na punição dos infractores, nem na compensação das vítimas. Verifica-se que “o aumento da escolaridade torna os inquiridos mais lenientes em relação aos tribunais”. Paradoxalmente, cerca de 62% dos inquiridos confessa a sua confiança no sistema judicial. (Mendes. Discurso sem data.)

Contudo teremos que referir que este inquérito foi lançado em Janeiro e Fevereiro de 2002, antes ainda do impacto duradouro de alguns processos mediáticos, nomeadamente o Casa Pia, embora não se possa especular todavia mas a realização de um inquérito idêntico no presente ainda pudesse vir a agravar o sentimento de falta de confiança na justiça. (Mendes. Discurso sem data.)

-----

Neste estudo pretende-se averiguar então, se a representação social da Justiça no nosso país é de uma forma geral negativa e até que ponto os sujeitos das classes Socioeconómicas mais desfavorecidas e com um grau de Instrução mais baixo terão uma opinião ainda mais negativa da Justiça e do seu funcionamento, para o qual se colocaram as seguintes hipóteses de estudo:

*Hipótese 1: A Representação Social de Justiça no nosso país é de maneira geral negativa.*

*Hipótese 2: Os sujeitos com graus de instrução mais baixos têm uma opinião mais negativa do funcionamento da justiça no nosso país.*

*Hipótese 3: Os membros das classes sociais mais baixas têm uma opinião mais negativa o funcionamento da Justiça no nosso país.*

## Método

### *Participantes*

A amostra utilizada neste estudo é constituída por 166 participantes dos quais 74 são do sexo feminino o que corresponde a 44,8% da amostra total e, 91 participantes são do sexo masculino que corresponde a 55,2% do total.

Os sujeitos que responderam á pergunta Idade então intervalados entre os 17 e os 79 anos, com uma média de  $M=35,38$  anos e um desvio padrão  $D.P=13,538$ . Estes valores referem-se a 148 sujeitos que responderam à pergunta Idade, pois 18 sujeitos não nos forneceram essa informação.

Dos participantes neste estudo há ainda a referir que 67 (41,6%) afirmaram já terem tido contacto com a justiça enquanto 94 referiram nunca terem tido contacto com a justiça que corresponde a 58,4% dos sujeitos que responderam. No que refere aos que assumiram já terem tido contacto com a justiça a sua grande maioria 22 mencionou ter sido na condição de testemunha.

### *Instrumento*

Para a realização deste estudo foram utilizados dois instrumentos.

O primeiro instrumento é constituído por 10 itens e foi adaptado do instrumento utilizado por Santos, B. et al como o nome original de *Sondagem à Opinião Pública Sobre O Funcionamento Dos Tribunais Em Portugal.*, pertença ao Centro de Estudos Sociais da Faculdade De Economia da Universidade de Coimbra. (Santos, Pedroso e Ferreira, 1996)

Este instrumento foi adaptado nos primeiros 7 itens a uma escala tipo likert de 7 pontos que vai do Concordo Totalmente ate ao Discordo Totalmente em que o numero 4 representa o ponto central da escala, Não Concordo Nem Discordo, em detrimento do original em que as perguntas eram de resposta fechada, os sujeitos apenas poderiam dizer se concordavam ou se discordavam com os itens.

Os 3 últimos itens deste instrumento (correspondentes aos itens 8, 9 e 10 do instrumento) apresentam um conjunto de duas afirmações A ou B em que é pedido ao sujeito que escolha a afirmação que mais se aproxima com a sua opinião. Este 2 bloco de perguntas no instrumento original era constituído por 8 conjuntos de duas frases, mas foram apenas escolhidos apenas 3, as que nos que nos pareceram mais pertinentes para a realização deste estudo.

E no que refere ao item 10 foi acrescentado uma pergunta aberta para as pessoas que referiram caso, afirmassem que em outros países a Justiça e os Tribunais funcionam melhor, em quais segundo a sua opinião estes funcionam melhor.

O segundo instrumento utilizado na realização deste estudo foi usado por Rodrigues, Sousa e Marques (1986) do Instituto Damião de Góis.

Este instrumento é constituído por dois estímulos “Quando pensa em Justiça que Tipo de Pessoas se lembra?” e “Justiça faz-me pensar em:” pedindo aos sujeitos para escreverem todas as palavras que lhes venham a cabeça para cada um deles.

È apresentando primeiramente 1 exemplo “Lisboa faz-me pensar em”, dando alguns palavras como formas de resposta (“Carros”, “Ruas”) pedindo as pessoas para enumerarem mais palavras que se lembrem de Lisboa, mostrando aos participantes como devem responder aos estímulos seguintes.

A estes instrumentos foi acrescentado uma ficha de dados demográficos que contém os itens: Idade, Sexo, Profissão, Habilitações Literárias, Localidade de Residência e Rendimento Mensal.

A esta ficha foi acrescentada ainda a Pergunta “Já alguma vez teve contacto com a Justiça?”

A quem afirmou já ter tido contacto com a Justiça era pedido então que respondesse ainda, “em que condições” teve contacto com a Justiça, “como foi esse contacto” e “porquê?”

#### *Delineamento do estudo.*

Este estudo é um estudo empírico, que comporta dois tipos de estudos, o primeiro estudo é do tipo quantitativo e o segundo um estudo do tipo qualitativo.

### *Procedimento*

A amostra utilizada neste estudo é constituída por 166 participantes e, foi recolhida entre os meses de Maio e Agosto de 2009 através de inquérito, em que a grande maioria dos sujeitos ficou na posse do instrumento devolvendo mais tarde.

Após a recolha da amostra foi necessário fazer todos os procedimentos estatísticos recorrendo ao programa informático SPSS, bem como a elaboração de tabelas em Word para se poder fazer a análise de conteúdo das perguntas abertas bem como dos 2 estímulos apresentados na segunda parte do instrumento.

Após a análise estatística da Fidelidade aos primeiros 7 itens do instrumento verificou-se que para estes participantes ela é pouco fiel, mas como de modo geral este instrumento não causou grandes dúvidas aos sujeitos foi decidido manter o primeiro instrumento para não perder informação relativamente á opinião dos sujeitos em relação ao Funcionamento da Justiça no nosso país.

Em seguida foi criada uma variável que se lhe deu o nome Sentimento\_Justiça que engloba os itens 1 a 7 da escala utilizada, ao qual ira ser associada ás variáveis em estudo Habilitações Literárias e Rendimento Mensal através do teste de Person para determinar a associação entre o sentimento de Justiça e a condição Sócio económica e o Grau de Instrução.

Nos restantes 3 itens da primeira parte deste instrumento como são itens dictómicos apenas se procedeu á análise das frequências.

Na segunda parte do estudo para a análise de conteúdo das dos conceitos mencionadas pelos sujeitos aos estímulos “Justiça Faz-me pensar em:” e “ Quando pensa em Justiça que Tipo de Pessoas se Lembra?” bem como ao exemplo fornecido “Lisboa Faz-me pensar em:” foram retiradas todos os conceito com frequência igual a 1, e foram agregados os conceitos iguais utilizando no estudo apenas o conceito referido em maior número de vezes (ex: advogados (10 vezes); advogado (2 vezes). Neste exemplo opta-se pelo conceito “advogados” porque foi mencionado o maior numero de vezes como poderemos ver nos anexos 16 e 17.

No passo seguinte foram retirados todos os conceitos com frequência inferior a 3 para uma melhor análise dos resultados. As palavras foram de seguida ordenadas por ordem decrescente de frequência das respostas.

*Variáveis:*

Variável Independente 1: Rendimento Mensal

Variável Independente 2: Habilitações Literárias

Variável Dependente: Sentimento de Justiça em Portugal.

## Resultados

Nesta sessão serão apresentados, todos os resultados obtidos no estudo bem como os procedimentos estatísticos usados no mesmo. A tabela em baixo representa a estatística descritiva dos primeiros 7 itens do instrumento.

Statistics								
		Os juizes são influenciados nas suas decisões pelas suas preferencias pessoais ou amizades.	Os tribunais não assuatom as pessoas	O preço da justiça não impede o recurso aos tribunais.	Com dinheiro e um bom advogado uma pessoa consegue o que quer do tribunal.	Uma pessoa culpada é sempre condenada pelos tribunais.	As decisões dos tribunais são tão lentas que não vale a pena recorrer a tribunal	Os tribunais não condenam os crimes cometidos por pessoas com poder ou com dinheiro.
N	Valid	164	166	165	166	161	166	166
	Missing	2	0	1	0	5	0	0
Mean		3,49	4,27	4,81	3,13	5,31	3,30	3,21
Std. Deviation		1,592	1,888	1,895	1,888	1,733	1,787	1,851

**Tabela 1:** Estatística Descritiva dos itens 1 a 7 do Inquérito.

Ao analisar a tabela 1 em cima verifica-se que de uma forma generalizada através das médias das respostas aos itens a opinião é negativa sobre a Justiça uma vez que tendencialmente

O item 1 que pergunta “os Juizes são influenciados nas suas decisões pelas suas preferências pessoais ou amizades”, apresenta uma média populacional de 3,49 o que nos diz que as respostas se aproximam do valor 3 da escala “Concordo Vagamente”. A resposta no valor 4 da escala que corresponde ao valor central da escala foi dada por 49 sujeitos da amostra (ver anexo 6-tabela de frequências de resposta ao item 1 da escala.).

A afirmação “Os Tribunais não assustam as pessoas” (item 2 do Inquérito) apresenta uma média de 4,27, resposta aproximada ao valor central da escala (valor 4 “não concordo nem discordo”).

Se olharmos também para o anexo 7 que apresenta a tabela de frequências de resposta ao item 2 da escala verificamos também que cerca de metade dos sujeitos 81 no total discordam de alguma maneira que os tribunais não assustem as pessoas.

A afirmação “ O preço da justiça não impede o recurso aos tribunais” apresenta uma média de 4,81 aproximando-se de o valor 5 da escala “discordo vagamente”. Aqui deixa a entender que as pessoas aqui mostram claramente que o preço da justiça impede o recurso aos tribunais. Se olharmos o anexo 8 verificamos que 44 pessoas disserem Discordar totalmente, 28

que Discordam e 22 que Discordam Vagamente, ou seja 94 pessoas em 165 respondentes discordam de alguma maneira que o preço da justiça não impeça o recurso aos tribunais.

A afirmação “Com Dinheiro e um bom Advogado uma pessoa consegue o que quer do tribunal”, a média das resposta é 3,13 (valor aproximado ao valor 3 “concordo vagamente”), que nos diz que as pessoas tendem a ver a Justiça como algo que se possa “comprar” com dinheiro. Trinta e nove sujeitos afirmaram concordar totalmente com a afirmação, quarenta mencionaram que concordam e vinte e oito que concordam parcialmente, todos somados dão cento e sete sujeitos que perfazem 64,5% dos respondentes concordam de alguma maneira de que com dinheiro e um bom advogado uma pessoa consegue o que quer de um tribunal (consultar anexo 9).

Ao item “uma pessoa culpada é sempre condenada pelos tribunais”, a média do grupo situa-se nos 5,31 que está aproximado ao valor 5 da escala “discordo vagamente”, que nos diz que uma maioria dos sujeitos discorda que os culpados sejam sempre condenados nos tribunais. Das 161 pessoas que responderam a este item 109 pessoas discordam de alguma maneira com ele: 60 discordam totalmente, 26 discordam e 23 discordam em parte (consultar anexo 10)

Ao item “as decisões dos tribunais são tão lentas que não vale a pena recorrer a eles” a média das respostas situa-se em 3,30, que é um valor aproximado do valor 3 da escala “concordo parcialmente”, mais uma vez aqui os sujeitos demonstram uma tendência para ver o funcionamento da justiça e dos tribunais negativamente uma vez que se olharmos o anexo 11 verificamos que 56% das pessoas acham de alguma maneira que as decisões são tão lentas que não vale a pena recorrer aos tribunais que corresponde a 96 pessoas das quais 36 delas afirmam que concordam totalmente, 32 que concordam e 28 que concordam parcialmente.

A afirmação “os tribunais não condenam crimes cometidos por pessoas com poder ou com dinheiro” vemos que tendencialmente as pessoas concordam com a afirmação uma vez que a média o grupo é de 3,21, valor aproximado do valor 3 da escala “concordo parcialmente”. Se consultarmos o anexo 12 verificamos que 102 sujeitos concordam de alguma maneira com a afirmação o que corresponde a 61,4% da amostra total.

Após a análise detalhado dos itens 1 a 7, os itens foram agrupados numa nova variável na qual será de seguida comparada com o nível sócio económico e as habilitações académicas possuídas pelos sujeitos para ver se o sentimento de justiça é influenciado de alguma maneira pelo nível sócio económico e sócio cultural influenciam o que os sujeitos sentem em relação a justiça neste país.

### Correlations

		sentimento_justiça	Rendimento_mensal	Habilitações_literárias
sentimento_justiça	Pearson Correlation	1	,119	,110
	Sig. (2-tailed)		,135	,174
	N	159	158	155
Rendimento_mensal	Pearson Correlation	,119	1	,374**
	Sig. (2-tailed)	,135		,000
	N	158	165	161
Habilitações_literárias	Pearson Correlation	,110	,374**	1
	Sig. (2-tailed)	,174	,000	
	N	155	161	162

\*\*Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

**Tabela 2:** Correlações da variável Sentimento de Justiça com as variáveis Rendimento Mensal e Habilitações Literárias.

Ao analisarmos a tabela 2 verificamos que a associação entre as variáveis sentimento de justiça e o rendimento mensal têm uma correlação de 0,119 o que é uma correlação fraca e tendencialmente positiva. Segundo isto não poderemos afirmar claramente que o rendimento mensal (nível sócio económico) dos sujeitos influencie muito o sentimento de justiça que têm. Embora esteja a associação seja positiva não é claro que os sujeitos com rendimentos inferiores tendam a ver a justiça de forma mais negativa.

Quando comparamos o sentimento de justiça com as habilitações literárias vemos que mais uma vez a associação entre as duas variáveis é fraco o que não nos permite dizer com toda a clareza que o grau de instrução acadêmico influenciara a maneira como os sujeitos tendem a sentir a justiça.

Os itens 8, 9 e 10 do inquérito (consultar anexo 1), são 3 itens em que eram dadas aos sujeitos duas frases e pedido para que dissessem qual das 2 afirmações se aproximava mais da sua opinião.

O item oito contrapunha a frase A: os advogados empenham-se na defesa dos interesses dos clientes mesmo que estes não lhes possam pagar bem; á frase B: os advogados olham mais ao dinheiro que podem ganhar do que os interesses dos clientes. Ao verificarmos a tabela anexo 13 vemos que 121 pessoas das 166 que responderam deram a resposta B o que corresponde a 72,9% dos sujeitos da amostra, ou seja mais de 70% dos inquiridos acha que os advogados olham mais ao dinheiro do que aos interesses dos clientes. Apenas 45 pessoas, 27, 1% acham que os advogados se empenham na defesa dos interesses dos clientes mesmo que estes não lhes possam pagar bem.

O oitavo item do inquérito apresenta duas frases: a frase A: os ricos são mais bem tratados nos tribunais do que os pobres; e a frase B: ricos e pobres, todos são tratados por igual nos tribunais e pedia-se que os sujeitos respondessem de acordo com a afirmação que mais se aproxima da sua opinião.

Se tivermos em atenção o anexo 14 que diz respeito às frequências de resposta verificamos que dos 166 sujeitos da amostra, 144 deles assinalaram a afirmação A como sendo a que mais se aproxima da sua opinião o que corresponde a 86,7% da amostra e apenas 22 sujeitos (13,3%) assinalaram a afirmação B.

Ao constatar estes dados salta á vista que a grande maioria dos sujeitos inquiridos na amostra sentem que existe discriminação no modo como as pessoas são tratadas em tribunal consoante o seu nível e estrato social.

No último item da primeira parte do inquérito, os sujeitos teriam de mencionar de acordo com a afirmação que mais se aproximava da opinião de cada um entre as afirmações; A: Em outros países, os tribunais funcionam melhor do que em Portugal; B: Em Portugal, os tribunais funcionam tão bem como em outros países.

Após a análise da tabela do anexo 15 verificamos que 117 sujeitos inquiridos correspondendo a 73,1% dos 160 que responderam ao item assinalaram a afirmação A que diz que em outros países os tribunais funcionam melhor do que em Portugal e apenas 43 sujeitos que corresponde a 26,9% das respostas assinalaram a afirmação B que nos diz que em Portugal os tribunais funcionam tão bem como em outros países.

Poderemos por aqui dizer também que de uma maneira geral os inquiridos têm uma opinião negativa do funcionamento dos tribunais no nosso país em contraponto com outros países.

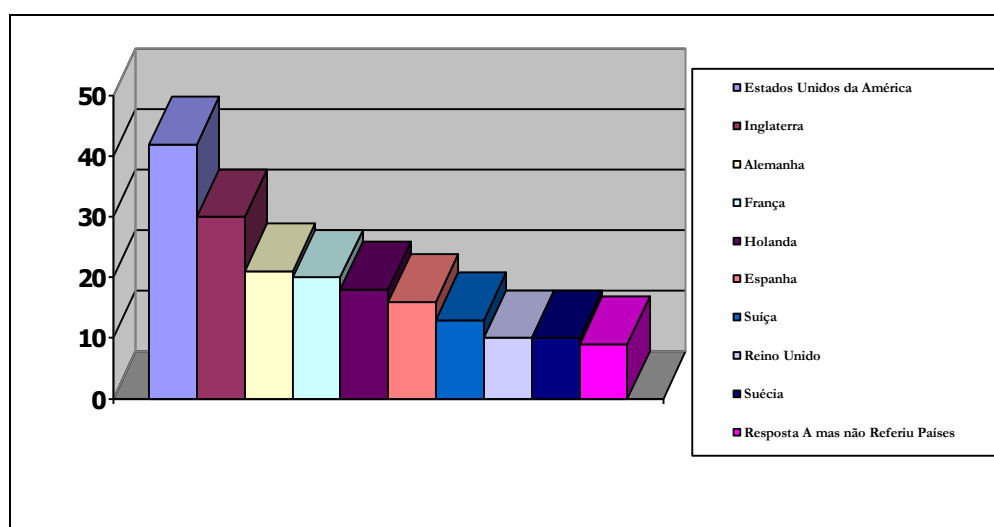
Foi então pedido aos sujeitos que assinalaram a afirmação A que nos indicassem, na sua opinião em que países os Tribunais e a Justiça funcionam melhor?

Como poderemos ver no gráfico 1 em baixo, que nos mostra os países que foram referidos em maior número de vezes pelos sujeitos que responderam A, indicaram países como Os Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Espanha entre outros, como os países em que na sua opinião os tribunais e a justiça funcionam melhor.

Se olharmos também para a tabela do anexo 16 que diz respeito às frequências de países enumerados pelos sujeitos, contactamos que 9 sujeitos assinalaram a afirmação A mas não mencionaram países onde a justiça funciona melhor, e 3 sujeitos mencionaram que é uma opinião

generalizada sem um conhecimento profundo em que países os tribunais funcionem de facto, poderá isto querer dizer que realmente que existe um numero considerável de pessoas que tem uma opinião negativa sobre o funcionamento dos tribunais em Portugal mas não tem uma opinião clara de que em países eles funcionem de facto apenas demonstram uma ideia partilhada socialmente do que os tribunais no nosso países funcionam mesmos bem do que em outros países.

**Gráfico 1: Países onde a Justiça funciona melhor?**



Na segunda parte do inquérito foram utilizados dois estímulos em que para cada um deles os sujeitos deveriam escrever todas as palavras que lhes viessem á cabeça. O primeiro estímulo “Quando pensa em Justiça que Tipo de Pessoas se lembra?” e um segundo estímulo “Justiça faz-me pensar em:”, não havendo perguntas certas ou errados os sujeitos escreveriam tudo o que lhe viesse á cabeça, não existindo também numero mínimo nem máximo de palavras.

A tabela na página seguinte mostra-nos as frequências de palavras para o estímulo “quando pensa em Justiça que tipo de Pessoas se lembra?”

“Quando pensa em Justiça que tipo de Pessoas se lembra?”

Juízes	74
Advogados	74
Policias	29
Criminosos	26
Corruptos	26
Ladrões	22
Testemunhas	21
Pedófilos	14
Réus	13
Inocentes	13
Culpados	13
Vale e Azevedo	10
Ricos	10
Assassinos	10
Tribunais	8
Magistrados	8
Arguidos	8
Oficiais de Justiça	7
Injustiça	7
Políticos	6
Pobres	6
Ciganos	6
Mentirosas	5
Más	5
Júri	5
Fátima Felgueiras	5
Família	5
Vítimas	4
Tristes	4
Ministério Público	4
José Sócrates	4
Injustas	4
Funcionários	4
Engravatados	4
Corrupção	4
Carlos Silvino	4
Amigos	4
Vigaristas	3
Procuradores	3
Pinto da Costa	3
Pessoas com Dinheiro	3
Oficiais de Diligência	3
Médicos	3
Isaltino Morais	3
Interesseiros	3
Injustiçados	3
Hipócritas	3
Guardas Prisionais	3
Governo	3
Filhos	3
Empresários	3
Drogados	3
Dirigentes Desportivos	3

**Tabela 3:** Frequência de palavras do estímulo “quando pensa em justiça que tipo de pessoas se lembra?”, por ordem decrescente.

Ou analisarmos a tabela da pagina anterior, que é referente ao estímulo “quando pensa em Justiça que Tipo de Pessoas se lembra?”, verificamos que as respostas com maior frequência são Juízes, Advogados e Polícias, ou seja pessoas directamente ligadas ao sistema judicial aparecendo de seguida palavras como Criminosos, Corruptos e Ladrões. As pessoas ao pensarem em pessoas ligadas as justiça frequentemente ligam aos arguidos dos processos A ou B, nomeadamente mencionando algumas pessoas que foram referidas pelos sujeitos tais como: Fátima Felgueiras, Carlos Silvino Vale e Azevedo entre outros, figuras ditas publicas e ou mediáticas que viram o seu nome envolvido em diversos processos que muito foram falados e continuam a ser por parte os órgãos de comunicação social.

À que referir que para uma análise mais detalhada apenas foram consideradas numa primeira fase apenas as palavras com frequência superior a 1 e foram agregadas consoante o numero de vezes de foram mencionadas (ex Advogado (1 vez) e Advogados (73 vezes), neste exemplo optou-se pela palavra “advogados” que foi referida a maioria das vezes passando a uma frequência de 74. Numa segunda fase apenas ficamos com as palavras com frequência igual ou superior 3 como poderemos ver na tabela, mas, convém referir que inicialmente foram contabilizadas 812 palavras e pequenas frases como poderemos verificar no anexo 1.

### Justiça Faz-me Pensar em:

Injustiça	48
Tribunais	27
Corrupção	20
Dinheiro	13
Advogados	12
Juizes	11
Lentidão	11
Mentira	9
Processos	9
Direitos	7
Droga	7
Pena	6
Prisão	6
Sentença	6
Verdade	6
Burocracia	5
Influências	5
Leis	5
Pedofilia	5
Poder	5
Crimes	4
Criminosos	4
Desconfiança	4
Desigualdade	4
Deveres	4
Equilíbrio	4
Família	4
Igualdade	4
Inocentes	4
Liberdade	4
Polícia	4
Prisões	4
Subornos	4
Vigarice	4
Amigos	3
Arguidos	3
Balança	3
Casa Pia	3
Condenação	3
Culpados	3
Defesa	3
Democracia	3
Demora	3
Descrédito	3
Despesa	3
Doutoramentos Falsos	3
Fátima Felgueiras	3
Imparcialidade	3
Inocência	3
Justiça	3
Legislação	3
Medo	3
Morosidade	3
Perda de tempo	3
Processos Fantasmas	3
Respeito	3
Réu	3
Ricos	3
Testemunhas	3

**Tabela 4:** Frequência de palavras referidas ao estímulo “Justiça faz-me pensar em:”.

Ao olharmos para a tabela 4 na página anterior verificamos que, as pessoas quando tentam pensar em Justiça a primeira coisa que pensam é em Injustiça, pois o termo injustiça foi mencionado pelos sujeitos da amostra por 48 vezes sendo mesmo a mais referida. Ainda referentes a “justiça” as pessoas associam muito termos como: corrupção, dinheiro e lentidão. Por aqui podemos concluir que de uma maneira geral as pessoas têm uma visão da “Justiça” no nosso país como corrupta, só acessíveis as pessoas com dinheiro ou poder e que é demasiadamente morosa

Os tribunais também são referidos com bastante frequência assim como as pessoas que mais de perto trabalham neles tais como os advogados e juízes.

Em suma os sujeitos da amostra tendem a ver a Justiça como sendo injusta e associam a justiça com bastante frequência aos tribunais e a pessoas que a eles estão ligados.

No estímulo “justiça faz-me pensar em:” foram referidas no total 708 palavras e pequenas frases (como se pode verificar no anexo 18). Aqui apenas foram contabilizadas as palavras com frequência igual ou superior a 3 e, numa fase anterior palavras como “Injustiça” e “injustiças” foram agregadas e foi assumido o termo que foi referido no maior número de vezes que neste caso Injustiça que foi referida 45 vezes agregou a palavra Injustiças referida 2 vezes e a frase injustiça nos tribunais referida 1 vez.

Na ficha os dados sócio demográficos foi ainda pedido aos sujeitos que referissem se já tinham tido contacto com a Justiça, se sim em que condições e como tinha sido esse contacto? A tabela em baixo mostra-nos a distribuição de frequências dos 67 sujeitos que afirmaram já terem tido contacto com a justiça.

**Como foi esse contacto?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito agradável	4	2,4	6,0	6,0
	Agradável	7	4,2	10,4	16,4
	algo agradável	4	2,4	6,0	22,4
	nem agradável				
	nem desagradável	19	11,4	28,4	50,7
	algo desagradável	9	5,4	13,4	64,2
	Desagradável	9	5,4	13,4	77,6
	Muito desagradável	15	9,0	22,4	100,0
	Total	67	40,4	100,0	
Missing	System	99	59,6		
	Total	166	100,0		

**Tabela 5:** Frequências da pergunta “como foi esse contacto?”

Ao olharmos a tabela 5 verificamos que uma maioria relativa afirma que o contacto com a Justiça foi desagradável. “Muito Desagradável” foi mesmo referido por 15 sujeitos o que corresponde a 22,4% dos sujeitos que tiveram contacto com a justiça, 9 sujeitos referiram que foi “desagradável” e também 9 que foi “algo desagradável” que corresponde a 13,4% das respostas. Segundo estes dados significa que 33 sujeitos cerca de metade dos que tiveram contacto com a justiça considerem que o contacto foi de alguma maneira desagradável.

A maioria das respostas centrou-se no valor 4 da escala “nem agradável nem desagradável”, com 19 respostas que corresponde a 28,4% das respostas, enquanto apenas 22,4% dos participantes referiram que o contacto tinha sido de alguma maneira agradável, com “muito agradável” 4 respostas, “agradável” 7 e “algo agradável” também com 4 respostas o que faz um total 15 respostas.

Quando perguntamos aos inquiridos o porquê de sentirem o contacto como “muito agradável”, “agradável”, “algo agradável”, “nem agradável nem desagradável”, “desagradável” ou “muito desagradável”, (como podemos constatar na tabela no anexo 19) as opiniões aqui foram bastante diversas, mas entre as opiniões mais referidas estão referidas situações de “lentidão” e “fez-se justiça”.

Mas á que salientar ainda que alguns sujeitos acharam o contacto com a Justiça desagradável devido a forma como foram tratados em tribunal referindo mesmo a falta de sensibilidade por parte dos juízes mencionando por exemplo um sujeito que referiu “Juízes sem educação maltratam as testemunhas”.

## Discussão

Após a análise detalhada dos resultados obtidos no estudo pode-se concluir que de uma maneira geral a percepção e representação social da justiça no nosso país é negativa, bem como o funcionamento dos tribunais e das pessoas ligadas ao Sistema Judicial Português.

Poderemos então assumir como verdadeira a hipótese 1 que dizia que “a percepção de justiça no nosso país é negativa, uma vez que os sujeitos apontam diversas falhas na justiça e no funcionamento dos tribunais, e tendem a vê-los como discriminatórios uma vez que por exemplo quando se pede aos sujeitos que digam consoante as afirmações (exemplo item 9 da escala) qual a afirmação mais se aproxima uma maioria esmagadora assinala a afirmação que diz que os ricos são melhor tratados nos tribunais e no item 8 da escala os sujeitos sentem que os Advogados ligam muito mais ao dinheiro que poderão receber do que ao real interesse dos clientes.

Quando na segunda parte do estudo perguntamos “justiça faz-me pensar em:”, o que salta á vista é que as pessoas mais rapidamente associam Justiça a Injustiça, ou a Corrupção, isto mostramos claramente que nos sujeitos da amostra sentem a justiça como injusta e corrupta e não acessível a todos pois também associam muito justiça a dinheiro e a pessoas com dinheiro (endinheirados e “colarinhos brancos” e “colarinhos engravatados”).

No que refere á hipótese 2 que nos dizia que “os sujeitos com graus de instrução mais baixo tendem a ver a justiça de uma forma mais negativa” não podemos dizer claramente que se confirma a hipótese uma vez que o grau de associação entre as variáveis sentimento de justiça e habilitações literárias tem uma associação fraca de apenas 0,110 mas com tendência ascendente, significa isto que para a amostra em estudo o sentimento de justiça apenas é influenciado em 11% pelo nível académico e cultural dos sujeitos embora poderemos assumir que existe uma pequena tendência para que o sentimento de justiça aumente um pouco com o aumento das habilitações literárias possuídas pelos sujeitos que compõem esta amostra em estudo.

A hipótese 3 dizia que “Os membros das classes sociais mais baixas têm uma opinião mais negativa o funcionamento da Justiça no nosso país” também não poderemos assumir claramente que se confirma a hipótese uma vez que o grau de associação entre o rendimento mensal e o sentimento de justiça é de apenas 0,119 ou seja o sentimento de justiça apenas é influenciado pela condição sócio económica dos sujeitos em cerca de 12%, poderemos sim dizer que existe uma pequena tendência para o aumento do sentimento de justiça com o aumento do rendimento mensal.

Se tivermos ainda em conta apenas os 67 sujeitos da amostra que referiram já ter tido contacto com a justiça cerca de metade deles (33 sujeitos) refere que esse contacto foi de alguma maneira desagradável, dos quais 15 deles refere mesmo que o contacto com a justiça foi muito desagradável enumerando a lentidão da justiça e a algumas atitudes menos próprias e até discriminatórias por parte de alguns juízes para terem achado esse contacto como desagradável. Apenas como exemplo cito um sujeito que referiu: “Prepotência de quem administra a justiça”. “Discriminação de quem estar a julgar sobre quem é julgado”.

Segundo Santos (1996) alguns estudos revelam que a distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto menor for o estrato social á qual pertencem.

Embora o acesso á justiça não tenha sido um objectivo central deste estudo, se pegarmos na afirmação “a o preço da justiça não impede o recurso aos tribunais” poderemos dizer pelos dados obtidos poderíamos ter também colocado como hipótese de estudo que os membros das classes sociais mais baixas tendem a recorrer menos aos tribunais, uma vez que 94 sujeitos dos 165 sujeitos que responderem discordam de alguma maneira de que o preço da justiça não impeça o recurso aos tribunais.

Quando Mendes (discurso sem data) diz que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem exprime pelo adágio herdado do direito francês: *“não basta que a justiça seja bem administrada, é preciso também que ela seja vista por cada um como tendo sido bem administrada”* aqui não poderemos falar de administração pois não fui perguntado aos sujeitos se em sua opinião se a justiça no nosso país é bem administrada. Mas segundo os dados recolhidos que nos mostram que o sentimento é mais comum é de injustiça e não de justiça, fica a sensação que o estudo poderia ser prolongado e tentar perceber até que ponto as pessoas têm uma opinião negativa da administração da justiça e sistema judicial português.

## Referências Bibliográficas

- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., Cabral-Cardoso, C. (2006). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: Editora RH.
- Duarte, M.(2007). *Acesso ao direito e à justiça: Condições prévias de participação dos movimentos sociais na arena legal*. Oficina do CES n° 270.
- Duarte, M. *Direito e movimentos sociais: Que (estranhas) ligações?* Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Classes e movimentos e Lutas Sociais.
- Maroco, J. (2003). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mendes A, R. Colóquio “Justiça, Sociedade E Poder Político. *Representações Sociais da Justiça: A Expectativa Do Cidadão E A Resposta Do Sistema*. (Discurso sem data). In, <http://www.stj.pt/nsrepo/not/Discurso%20Armindo%20Ribeiro%20Mendes.pdf>. Consultado em 15/11/09.
- Portal do Ministério da Justiça. In, <http://pt.wikipedia.org>. Consultado em 30/01/2009.
- Ramos, F., Novo, H. (2002). *Representações sociais do governo, justiça e política: um estudo nas camadas média e da Grande Vitoria /ES*. Psicologia: Teoria e Prática – 2002, 4 (1): 29-37.
- Rodrigues, A.; Sousa, E.; Marques, J. (1986). *A representação social de “justiça” em Portugal. Uma análise psico-social da percepção do aparelho judiciário*. Analise Psicológica (IV): 377-460. Lisboa: ISPA.
- Santos, B.; Marques, M.; Pedroso, J; Ferreira, P. (1996). *Os Tribunais Nas Sociedades Contemporâneas. O caso português*. Porto: Edições Afrontamento.

- Santos, B. (2005). A Justiça em Portugal: diagnósticos e terapêuticas. Março de 2005.  
Manifesto. In [www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica\\_Portugal\\_Manifesto\\_2005.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Justica_Portugal_Manifesto_2005.pdf). Consultado em 25/02/09.
- Vala, J. *Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano*. In Vala, J; Monteiro, M. (2006). *Psicologia Social*. 6ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

# Anexos

Anexo 1



Estamos a fazer um estudo de opinião sobre o modo como as pessoas vêem e sentem alguns problemas sociais.

Tudo o que lhe pedimos é que responda às questões que lhe colocamos nas páginas seguintes.

Este questionário é absolutamente confidencial pelo que não se deve identificar em nenhuma das folhas e se pede que responda o mais verdadeiro e espontaneamente possível.

Algum esclarecimento relacionado com este questionário deve contactar para os seguintes e-mail [m.s.martins@iol.pt](mailto:m.s.martins@iol.pt) ou [12547@ispa.pt](mailto:12547@ispa.pt)

**Obrigado pela sua colaboração.**

Seguem-se uma série de afirmações sobre o Direito, a Justiça e os tribunais no **nosso país**. Por favor diga em que medida concorda com cada uma delas, colocando um círculo em torno do número que corresponda à sua opinião. O algarismo “4” traduz a posição intermédia: “não concordo, nem discordo”.

**1 – Os juízes são influenciados nas suas decisões pelas suas preferências pessoais ou amizades.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

**2 – Os tribunais não assustam as pessoas.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

**3 – O preço da justiça não impede o recurso aos tribunais.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

**4 – Com dinheiro e um bom advogado uma pessoa consegue o que quer do tribunal.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

**5 – Uma pessoa culpada é sempre condenada pelos tribunais.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

**6 – As decisões dos tribunais são tão lentas que não vale a pena recorrer a tribunal.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

**7 – Os tribunais não condenam os crimes cometidos por pessoas com poder ou com dinheiro.**

Concordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente

Em seguida são-lhe apresentados conjuntos de duas frases que traduzem opiniões opostas relativamente a alguns aspectos do funcionamento dos tribunais em Portugal. Pedimos-lhe que para cada par indique qual das duas afirmações se aproxima mais da sua opinião, colocando uma cruz (X) na quadrícula correspondente.

**A:** Os advogados empenham-se na defesa dos interesses dos clientes mesmo que estes não lhes possam pagar bem.

**B:** Os advogados olham mais ao dinheiro que podem ganhar do que os interesses dos clientes.

A afirmação que mais se aproxima da minha opinião é a:

A

B

**A:** Os ricos são mais bem tratados nos tribunais do que os pobres.

**B:** Ricos e pobres, todos são tratados por igual nos tribunais.

A afirmação que mais se aproxima da minha opinião é a:

A

B

**A:** Em outros países, os tribunais funcionam melhor do que em Portugal.

**B:** Em Portugal, os tribunais funcionam tão bem como em outros países

A

B

Caso tenha assinalado a afirmação “A” indique, por favor:

Quais os países onde em sua opinião os Tribunais e a Justiça funcionam melhor?

---

---

---

Vamos apresentar-lhe algumas questões. Para cada uma dela deve dizer tudo a que lhe vem ao espírito, ou seja, todas as palavras que lhe ocorram. Não existem palavras boas ou más, certas ou erradas. Por isso, pede-se que responda consoante a sua opinião. Escreva todas as palavras que lhe ocorram (não há número mínimo nem máximo de palavras).

Para que compreenda bem como deve responder às questões vamos dar-lhe um exemplo:

*LISBOA* faz-me pensar em:

\_ Ruas

\_ Pessoas

\_ Carros

\_ Prédios

\_ (e que outras?)

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

\_ Etc.

**Não volte a página sem ter a certeza de que compreendeu bem a maneira como deve responder.**





Para fazemos o tratamento estatístico das respostas pedimos-lhe, ainda, que nos faculte alguns dados socioeconómicos e relembramos que este questionário é completamente confidencial, pelo que não deverá identificar-se em nenhuma das folhas.

IDADE:       Anos

SEXO:    F    M

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

LOCALIDADE ONDE RESIDE: \_\_\_\_\_

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

1º Ciclo do Ensino Básico (4º Ano)   

2º Ciclo do Ensino Básico (6º Ano)   

3º Ciclo do Ensino Básico (9º Ano)   

Secundário Completo (12º Ano)       

Licenciatura                               

Mestrado                                     

Doutoramento                             

RENDIMENTO MENSAL:

Sem qualquer Rendimento   

Menos de 500 euros           

Entre 500 e 1000 euros       

Entre 1000 e 1500 euros       

Entre 1500 e 2000 euros       

Mais de 2000 euros

Já alguma vez teve contacto com a Justiça?

SIM  NÃO

Se SIM, em que condições?

---

---

Como foi esse contacto?

Muito Agradável 1 2 3 4 5 6 7 Muito Desagradável

Porquê?

---

---

---

---

**Vais uma vez lhe agradeceremos a sua colaboração.**

Anexo 2: Estatística Descritiva da Variável Idade.

**Statistics**

<b>Idade</b>		
<b>N</b>	Valid	<b>148</b>
	Missing	<b>18</b>
<b>Mean</b>		<b>35,38</b>
<b>Mode</b>		<b>21</b>
<b>Std. Deviation</b>		<b>13,538</b>
<b>Minimum</b>		<b>17</b>
<b>Maximum</b>		<b>79</b>

Anexo 3: Frequências da Variável Sexo.

**Sexo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	74	44,6	44,8	44,8
	Masculino	91	54,8	55,2	100,0
	Total	165	99,4	100,0	
Missing	System	1	,6		
<b>Total</b>		<b>166</b>	<b>100,0</b>		

Anexo 4: Estudo de Fidelidade

**Reliability Statistics**

<b>Cronbach's Alpha</b>	<b>Cronbach's Alpha Based on Standardized Items</b>	<b>N of Items</b>
<b>,470</b>	<b>,467</b>	<b>7</b>

Anexo 5: Teste de normalidade de Kolmogorov – Smirnov aos itens em estudo associados á variável Rendimento Mensal

Tests of Normality<sup>b,c,d,e,f,g,h</sup>

	Rendimento_mensal	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Os juizes são influenciados nas suas decisões pelas suas preferencias pessoais ou amizades.	Sem qualquer rendimento	,178	27	,028	,906	27	,018
	Menos de 500 euros	,176	27	,032	,949	27	,203
	entre 500 e 1000 euros	,189	61	,000	,923	61	,001
	entre 1000 e 1500 euros	,170	29	,032	,925	29	,040
	entre 1500 e 2000 euros	,183	7	,200*	,945	7	,686
	mais de 2000 euros	,358	6	,016	,823	6	,094
Os tribunais não assuataam as pessoas	Sem qualquer rendimento	,174	27	,034	,915	27	,030
	Menos de 500 euros	,167	27	,052	,912	27	,026
	entre 500 e 1000 euros	,132	61	,010	,931	61	,002
	entre 1000 e 1500 euros	,178	29	,020	,923	29	,037
	entre 1500 e 2000 euros	,234	7	,200*	,851	7	,126
	mais de 2000 euros	,231	6	,200*	,840	6	,129
O preço da justiça não impede o recurso aos tribunais.	Sem qualquer rendimento	,190	27	,014	,921	27	,041
	Menos de 500 euros	,156	27	,089	,885	27	,006
	entre 500 e 1000 euros	,197	61	,000	,883	61	,000
	entre 1000 e 1500 euros	,235	29	,000	,854	29	,001
	entre 1500 e 2000 euros	,222	7	,200*	,833	7	,086
	mais de 2000 euros	,277	6	,168	,800	6	,059
Com dinheiro e um bom advogado uma pessoa consegue o que quer do tribunal.	Sem qualquer rendimento	,155	27	,095	,913	27	,026
	Menos de 500 euros	,215	27	,002	,831	27	,000
	entre 500 e 1000 euros	,213	61	,000	,876	61	,000
	entre 1000 e 1500 euros	,203	29	,004	,909	29	,016
	entre 1500 e 2000 euros	,293	7	,070	,726	7	,007
	mais de 2000 euros	,378	6	,007	,751	6	,020
Uma pessoa culpada é sempre condenada pelos tribunais.	Sem qualquer rendimento	,182	27	,022	,863	27	,002
	Menos de 500 euros	,186	27	,017	,882	27	,005
	entre 500 e 1000 euros	,200	61	,000	,863	61	,000
	entre 1000 e 1500 euros	,278	29	,000	,796	29	,000
	entre 1500 e 2000 euros	,240	7	,200*	,864	7	,163
	mais de 2000 euros	,319	6	,056	,683	6	,004
As decisões dos tribunais são tão lentas que não vale a pena recorrer a tribunal	Sem qualquer rendimento	,192	27	,012	,901	27	,014
	Menos de 500 euros	,224	27	,001	,874	27	,004
	entre 500 e 1000 euros	,135	61	,007	,917	61	,001
	entre 1000 e 1500 euros	,208	29	,002	,906	29	,014
	entre 1500 e 2000 euros	,326	7	,024	,844	7	,107
	mais de 2000 euros	,407	6	,002	,640	6	,001
Os tribunais não condenam os crimes cometidos por pessoas com poder ou com dinheiro.	Sem qualquer rendimento	,226	27	,001	,855	27	,001
	Menos de 500 euros	,146	27	,145	,925	27	,052
	entre 500 e 1000 euros	,186	61	,000	,891	61	,000
	entre 1000 e 1500 euros	,189	29	,010	,924	29	,039
	entre 1500 e 2000 euros	,331	7	,020	,773	7	,022
	mais de 2000 euros	,231	6	,200*	,915	6	,473

\*. This is a lower bound of the true significance.

a. Lilliefors Significance Correction

b. Os juizes são influenciados nas suas decisões pelas suas preferencias pessoais ou amizades. is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

c. Os tribunais não assuataam as pessoas is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

d. O preço da justiça não impede o recurso aos tribunais. is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

e. Com dinheiro e um bom advogado uma pessoa consegue o que quer do tribunal. is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

f. Uma pessoa culpada é sempre condenada pelos tribunais. is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

g. As decisões dos tribunais são tão lentas que não vale a pena recorrer a tribunal is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

h. Os tribunais não condenam os crimes cometidos por pessoas com poder ou com dinheiro. is constant when Rendimento\_mensal = não respondeu. It has been omitted.

Anexo 6: Tabela de frequências de resposta ao item 1

**Os juizes são influenciados nas suas decisões pelas suas preferencias pessoais ou amizades.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	18	10,8	11,0	11,0
	Concordo	29	17,5	17,7	28,7
	concordo parcialmente	35	21,1	21,3	50,0
	não concordo nem discordo	49	29,5	29,9	79,9
	discordo parcialmente	10	6,0	6,1	86,0
	discordo	15	9,0	9,1	95,1
	discordo totalmente	8	4,8	4,9	100,0
	Total	164	98,8	100,0	
Missing	System	2	1,2		
Total		166	100,0		

Anexo 7: Tabela de Frequências de Resposta do Item 2 da Escala

**Os tribunais não assuam as pessoas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	16	9,6	9,6	9,6
	concordo	22	13,3	13,3	22,9
	concordo parcialmente	18	10,8	10,8	33,7
	não concordo nem discordo	29	17,5	17,5	51,2
	discordo parcialmente	33	19,9	19,9	71,1
	discordo	23	13,9	13,9	84,9
	discordo totalmente	25	15,1	15,1	100,0
	Total	166	100,0	100,0	

Anexo 8: Tabela de frequências de respostas do item 3 da escala.

**O preço da justiça não impede o recurso aos tribunais.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	10	6,0	6,1	6,1
	concordo	16	9,6	9,7	15,8
	concordo parcialmente	14	8,4	8,5	24,2
	não concordo nem discordo	31	18,7	18,8	43,0
	discordo parcialmente	22	13,3	13,3	56,4
	discordo	28	16,9	17,0	73,3
	discordo totalmate	44	26,5	26,7	100,0
	Total	165	99,4	100,0	
Missing	System	1	,6		
Total		166	100,0		

Anexo 9: Tabela de frequências do item 4 da escala.

**om dinheiro e um bom advogado uma pessoa consegue o que quer do tribunal**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	39	23,5	23,5	23,5
	concordo	40	24,1	24,1	47,6
	concordo parcialmente	28	16,9	16,9	64,5
	não concordo nem discordo	15	9,0	9,0	73,5
	discordo parcialmente	20	12,0	12,0	85,5
	6	12	7,2	7,2	92,8
	7	12	7,2	7,2	100,0
	Total	166	100,0	100,0	

Anexo 10: Tabela de frequências do item 5 do instrumento

**Uma pessoa culpada é sempre condenada pelos tribunais.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	3	1,8	1,9	1,9
	Concordo	14	8,4	8,7	10,6
	Concordo parcialmente	7	4,2	4,3	14,9
	não concordo nem discordo	28	16,9	17,4	32,3
	discordo parcialmente	23	13,9	14,3	46,6
	discordo	26	15,7	16,1	62,7
	discordo totalmente	60	36,1	37,3	100,0
	Total	161	97,0	100,0	
Missing	System	5	3,0		
	Total	166	100,0		

Anexo 11: Tabela de frequências de resposta ao item 6 da escala.

**As decisões dos tribunais são tão lentas que não vale a pena recorrer a tribuna**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	33	19,9	19,9	19,9
	concordo	32	19,3	19,3	39,2
	concordo parcialmente	28	16,9	16,9	56,0
	não concordo nem discordo	30	18,1	18,1	74,1
	discordo parcialmente	19	11,4	11,4	85,5
	discordo	16	9,6	9,6	95,2
	discordo totalmente	8	4,8	4,8	100,0
	Total	166	100,0	100,0	

Anexo 12: Frequências de resposta ao item 7 da escala.

**Os tribunais não condenam os crimes cometidos por pessoas com poder ou com dinheiro.**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid concordo totalmente	36	21,7	21,7	21,7
concordo	34	20,5	20,5	42,2
concordo parcialmente	32	19,3	19,3	61,4
não concordo nem discordo	26	15,7	15,7	77,1
discordo totalmente	10	6,0	6,0	83,1
discordo	17	10,2	10,2	93,4
discordo totalmente	11	6,6	6,6	100,0
Total	166	100,0	100,0	

Anexo 13: Tabela de Frequências de resposta do item 8.

**A afirmação que mais se aproxima da minha opinião é a:**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid A: Os advogados empanham-se na defesa dos interesses dos clientes mesmo que estes não lhes possam pagar	45	27,1	27,1	27,1
B: Os advogados olham mais para o dinheiro que podem ganhar do que os interesses dos clientes.	121	72,9	72,9	100,0
Total	166	100,0	100,0	

Anexo 14: Tabela de Frequências de resposta ao item 9.

**A afirmação que mais se aproxima da minha opinião é a:**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid A: Os ricos são mais bem tratados nos tribunais do que os pobres.	144	86,7	86,7	86,7
B: Ricos e pobres, todos são tratados por igual nos tribunais.	22	13,3	13,3	100,0
Total	166	100,0	100,0	

Anexo 15: Frequências obtidas no item 10.

**A afirmação que mais se aproxima da minha opinião é a:**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
A: Em outros países, os tribunais funcionam melhor do que em Portugal.	117	70,5	73,1	73,1
B: Em Portugal, os tribunais funcionam tão bem como em outros países.	43	25,9	26,9	100,0
Total	160	96,4	100,0	
Missing System	6	3,6		
Total	166	100,0		

Anexo 16: Tabela de frequências “Países onde a Justiça funciona melhor.”

Estados Unidos da América	42
Inglaterra	30
Alemanha	21
França	20
Holanda	18
Espanha	16
Suíça	13
Reino Unido	10
Suécia	10
Resposta A mas não Referiu Países	9
Brasil	6
Dinamarca	6
Itália	6
Países Nórdicos	6
Bélgica	5
Noruega	5
Todos da Europa	4
Luxemburgo	4
Canadá	3
Finlândia	3
Opinião Generalizada que funciona melhor em outros países	3
Todos	3
América	2
China	2
União Europeia	2
Europa do Norte	2
Em todos os países desenvolvidos menos o nosso	1

Anexo 17: Tabela de frequências totais do estímulo “Quando pensa em Justiça que tipo de Pessoas se lembra?”

“Bibi”	2
“Chicos Espertos”	1
“Merda” de pessoas que somos de bairros sociais vamos de “cana”	1
Abades	1
Abusadores	1
Abusadores de Poder	1
Acesso Difícil	1
Acusados	1
Administrador Presidiário	1
Adúlteros	1
Advogado	1
Advogados	73
Advogados “Tubarão”	1
Advogados Corruptos	1
Advogados sem escrúpulos	1
Agricultores	1
Aldrabões	1
Alegres	1
Altos Cargos Políticos	1
Ameaça	1
Amigos	4
Anarquia	1
António Costa	1
António Guterres	1
António Preto	1
Arguido	1
Arguidos	7
Arrogância	1
Assaltantes	2
Assaltos	1
Assassinos	10
Assistentes Sociais	2
Autoridades	1
Avelino Ferreira Torres	1
Bairros Degradados	1
Bandidos	3
Banqueiros	1
Boas	3
Bombeiros	1
Burlistas	1
Burlões	2
Burocracia	1
Burocráticos	1
Cadeias	1
Canalhas	1
Carlos Silvino	2

Carteiristas	1
Casa Pia	2
Casais	1
Casal McCann	2
Cegas	1
Chulos	1
Cidadão Comum	1
Cidadãos	1
Cidadãos Condenados	1
Cidadãos Livres	1
Ciganos	6
Cínicos	1
Cinzentões	1
Clientes	1
Clubes Desportivos	1
Coerentes	1
Coimas	1
Colarinhos Brancos	1
Colarinhos com gravata que não são punidos	1
Condenados	2
Condóminos	1
Conselho Superior de Magistratura	1
Conselho Superior de Magistratura que deveria intervir mais vezes no tempo em que os processos e a justiça são feitas neste pais, pois os processos arrastam-se durante anos, sem que aja motivos que justifiquem ... uma vergonha!!!	1
Conservadores	1
Correctas	1
Corrupção	4
Corrupção no Futebol	1
Corruptos	26
Crianças	1
Crianças Infelizes	1
Crime Organizado	1
Crimes	2
Criminosos	26
Culpados	13
Cumpridores	1
Custos	1
Dalai Lama	1
Defesa	1
Descrédito	1
Desigualdade	2
Desonestas	1
Detectives	1
Dias Loureiro	1
Dinheiro	1
Dirigentes de Bancos	1
Dirigentes de Grandes Clubes Desportivos	1

Dirigentes Desportivos	2
Discriminados Sem Razão	1
Divórcios	1
Doentes	1
Drogados	3
Duvidosas	1
Elementos dos Direitos Humanos	1
Emigrantes de Leste	1
Empresários	2
Empresários da Noite	1
Empresas	1
Endinheirados (ricos)	1
Enfadonhas	1
Enfermeiros	2
Engravatados	1
Engravatados e Corruptos	1
Engravatados e Falsos	1
Engravatados e Sérios	1
Equilíbrio	1
Escola	1
Escriturários	1
Escrivão	1
Estado	1
Estagiários	1
Ex Políticos	1
Exilados – asilo politico	1
Extorsores	1
Faculdade	1
Falsas	2
Falsificadores	1
Falta de Coragem	1
Falta de esclarecimento e Informação (Funcionários)	1
Família	5
Fátima Felgueiras	5
Favores	1
Figuras Publicas	1
Figuras Publicas que não são punidas	1
Filhos	3
Freiras	1
Fugas de Informação	1
Funcionários	2
Funcionários Judiciais	1
Funcionários Públicos	1
Gananciosas	2
Gangs	1
Gays	1
Gente Hipócrita	1
Gestores Bancários	1

Governantes	2
Governo	3
Grandes Personagens	1
Grécia – poetas e filósofos	1
Grosseiras	1
Guardas Prisionais	3
Hieráticas	1
Hipócritas	2
Homens	1
Honestas	2
Humilhadas	1
Ilibados	1
Imenso Tempo	1
Importantes	1
Impunidade	1
Incendiários	1
Incoerentes	1
Influenciáveis com o meio que as rodeia	1
Injustas	3
Injustiça	5
Injustiçados	3
Injustiças	2
Injustos	1
Inocentes	13
Inquilinos	2
Insegurança	1
Integras	1
Interesseiros	3
Interesses	1
Irresponsabilidade	1
Isaltino Morais	3
Jerónimo de Sousa	1
Jornais	1
Jornalistas	2
José Sócrates	3
Judiciaria	1
Juiz	4
Juíza	1
Juízes	68
Juízes de Direito dos Tribunais de 1ª Instancia	1
Juízes Desembargadores dos Tribunais da Relação	1
Juízes e Conselheiros do Supremo	1
Juízes Gerais	1
Juízes Sociais	1
Julgamentos nos Media	1
Jurados	1
Júri	2
Júris	2

Juristas	2
Justas	2
Justiça Divina	1
Justiça Popular	2
Laborinho Lúcio	1
Ladrões	22
Legislação Feita á Medida	1
Lentidão	1
Leonor Cipriano	1
Lesados Financeiramente	1
Letradas	1
Livre Arbitrariiedade	1
Lobbies	1
Madre Teresa de Calcutá	1
Mafiosos	1
Magistrados	7
Magistrados Judiciais	1
Mal Formadas	1
Malfeitores	1
Marginais	1
Maria José Morgado	2
Martim Luther King	1
Más	4
Más Pessoas	1
Maus Administradores	1
Maus Juízos	1
Maus Julgamentos	1
Médicos	3
Medo	1
Meirinhos	1
Mentiras	1
Mentirosas	4
Mestres	1
Militares	1
Minha Família	2
Ministério da Justiça	1
Ministério Publico	4
Ministro da Justiça	2
Ministros	2
Nenhuma	2
Notários	1
Oficiais	1
Oficiais de Diligência	3
Oficiais de Justiça	7
Oliveira e Costa	2
Oportunistas	1
Oprimidos	1
Ordem dos Juízes	1

Órgãos de Intervenção	1
Padres	1
Pais	1
Partidos Políticos	1
Passador de Droga	1
Paulo Pedroso	1
Paulo Portas	2
Pedofilia	1
Pedófilos	12
Perdas de Tempo	1
Pessoal de Saúde	1
Pessoas Abastadas	1
Pessoas Ambiciosas	1
Pessoas Analfabetas	1
Pessoas Astutas	1
Pessoas Colectivas	1
Pessoas com Dinheiro	2
Pessoas Conscientes	1
Pessoas Endinheiradas	1
Pessoas Equilibradas	1
Pessoas Humanas	1
Pessoas Injustas e Influenciáveis	1
Pessoas Isentas	1
Pessoas Não Humanas	1
Pessoas Poderosas	2
Pessoas que usam a justiça como entrave para algo e outras que necessitam ficam sem acompanhamento o que é seu por direito por tempo indeterminado.	1
Pessoas Racionais	1
Pinto da Costa	3
PJ	1
Pobres	6
Poder	2
Poder do Dinheiro	1
Polícia	7
Policias	22
Policias Corruptos	1
Policias que fazem de tudo para prender e depois alguém faz o contrario	1
Policias Subornados	1
Políticos	6
Políticos sem moral	1
Povo	1
Prepotência	1
Presidente da Republica	1
Presos	2
Presos de Guerra	1
Presos Internacionais	1
Presos Políticos	1

Pretos	1
Primeiro-ministro	1
Processos	1
Procurador-geral da Republica	1
Procuradores	3
Professores	1
Proprietários de Bares e Discotecas	1
Proprietários de Casas de Alterne	1
Prostitutas	2
Provedor de Justiça	1
PSP	1
Queixosos	2
Raça negra	1
Raptos	1
Rectidão	1
Redes de Pedofilia	1
Réu	1
Réus	12
Revoltadas	1
Ricos	9
Roma - militares	1
Roubos	2
Seguranças de Bares e Discotecas	1
Senhorios	2
Sensatas	1
Sensatez	1
Sentenças	1
Seres Humanos	1
Solicitadores	1
Subempreiteiros	1
Televisão	1
Têm a vida profissional ligada a justiça e é esse o papel que desempenham	1
Testemunhas	21
Traficantes	1
Traficantes de “carne branca” - Prostituição	1
Traficantes de Droga	1
Trafulhices	1
Traição	1
Tribunais	6
Tribunal	2
Tribunal de Justiça	1
Tribunal de Menores	1
Tristes	4
Vale e Azevedo	10
Valentim Loureiro	1
Verdadeiras	1
Vigaristas	3

Violação	1
Violadores	2
Vítimas	3
Vítimas que vão continuar a ser vítima	1
Vítor Constâncio	1

Total de Palavras e Frases mencionadas: 812

Anexo 18: Tabela de frequências totais do estímulo “Justiça Faz-me Pensar em:”

1ª Lei de organização dos tribunais judiciais	1
Absolvição	1
Absolvição	1
Abusos	1
Acertar Contas	1
Acerto de contas	1
Acreditar	1
Acusação	1
Acusados	1
Administração Judicial	1
Admissão de provas consoante a cara do freguês	1
Advogado	2
Advogados	10
Advogados Corruptos	1
Agente de Policia	1
Agressões	1
Aldrabões	1
Algo que não funciona	1
Ambiente abafado e pesado	1
Ameaça	1
Amigos	3
Andar no caminho certo	1
Antigamente a União Soviética, Cuba e China mostraram á sociedade como eram devido aos Direitos Humanos.	1
Apito Dourado	2
Apoio	1
Apostar	1
Arbitragens	2
Arguido	1
Arguidos	2
Arrogância	1
Arrumação	1
Assunto Perdido	1
Atentado contra integridade física	1
Atitude	1
Atrasos nos processos	1

Atropelos	1
Audiências	2
Aumentar a riqueza dos advogados	1
Aumento dos assaltos	1
Ausência de Justiça	1
Avelino Ferreira Torres	2
Aves de Rapina	1
Azar	2
Bafio	1
Balança	3
Belmiro de Azevedo	1
Bem	1
Bem – Estar	1
Beneficiar os ricos e os poderosos	1
Bibi	1
Boa Justiça	1
Bom Advogado	1
BPN	1
Burocracia	5
Caçadores	1
Cada pessoa deita-se na cama que faz	1
Cada pessoa tem o que merece	1
Cada um faz o que quer	1
Cadeias	1
Cadeira eléctrica (E.U.A)	1
Carlos Cruz	1
Casa Pia	3
Caso BPN	1
Castigos	1
Cedências	1
Cegueira	1
Celas	1
Certezas	1
Certificado de Contumância	1
Céu	1
Civismo	2
Código Civil	1
Código Penal	2
Coisa boa	1
Coitados dos Pobres	1
Comunidade	1
Concluir algo	1
Conclusões	1
Condenação	3
Condenados	1
Confiança	2
Conforto	1
Consciência	1

Constituição da Republica Portuguesa	1
Contrabando	2
Conventos	1
Correcto	1
Corrupção	20
Corruptos	2
Credibilidade	1
Crer num futuro melhor	1
Crianças	1
Crime	1
Crimes	3
Criminalista	1
Criminoso	1
Criminosos	1
Criminosos	2
Crueldade	1
Culpa	1
Culpado	1
Culpados	2
Custos	1
Dar Exemplo	1
Decisões	1
Decisões	1
Decreto – lei	1
Defesa	3
Deixam ultrapassar os casos	1
Deixar andar	1
Democracia	3
Demora	2
Demora	1
Desacreditar	1
Desconfiança	4
Descrédito	2
Discriminação	1
Desequilíbrio	2
Desigualdade	2
Desigualdade de tratamento	1
Desigualdade social	1
Desigualdades	1
Desistir de qualquer litígio eventual que possa vir a acontecer	1
Desorganização	1
Despesa	1
Despesa	1
Despesas	1
Desporto	1
Desrespeito pelos Direitos Humanos internacionais	1
Desumanos	2
Detective	1

Deveres	4
Dificuldades	1
Dinheiro	13
Direito	3
Direitos	4
Dividas	1
Divórcios	1
Dores de cabeça	1
Doutoramentos Falsos	3
Droga	6
Drogas	1
Duvidas	1
Edifícios	1
Em Portugal falta de Democracia	1
Em Portugal quase não existe	1
Endireitar	1
Equidade	1
Equilíbrio	3
Equilíbrio Social	1
Erros	1
Erros Judiciários / Decisões justas	1
Escrivão	1
Esmeralda	1
Esquadras	1
Estabilidade	1
Estado de Direito	1
Estatutos dos Magistrados Judiciais e funcionários de Justiça	1
Ética	1
Ética	1
Excesso de Liberdade	1
Falhas	1
Falhas do código penal	1
Falsidade	2
Falsos Testemunhos	1
Falta de condições humanitárias nas prisões	1
Falta de coragem	1
Falta de Justiça	1
Família	4
Fátima Felgueiras	3
Favores	1
Favores Políticos	1
Fazem o que querem	1
Fazer justiça com algo	1
Fazer justiça pelas próprias mãos	2
Fazer o bem	1
Fiança	1
Filhos	1
Filosofias Orientais	1

Finalmente	1
Flexibilidade	1
Fontes / execução de decisões	1
Fraternidade	2
Fraude	1
Freeport	2
Gastos / Despesas	1
Gatunos	1
Génios	1
Governo	1
Grécia	1
Guardas Prisionais	1
Honra	1
Igualdade	3
Igualdade de Distribuição	1
Iliberações	1
Imparcialidade	3
Impunidade dos famosos	1
Inacção	1
Incertezas	1
Incoerência	1
Incumprimento	1
Independência	1
Influências	4
Injustiça	45
Injustiça nos pobres	1
Injustiça nos Tribunais	1
Injustiças	2
Inocência	3
Inocente	1
Inocentes	3
Inoperância	1
Insanidade	1
Insegurança	1
Interesses	1
Interesses	1
Intolerância	1
Invasão dos Direitos Humanos	1
Investir	1
Irresponsabilidade	1
Isaltino Morais	2
Isenção	1
Jorge Gonçalves	1
Jornais	1
Juiz	3
Juízes	8
Juízes corruptos e comprados	1
Julgamento	2

Julgamos	1
Juramento	1
Júri	1
Jurisdição	1
Justiça	2
Justiça para todos	1
Ladrões	2
Lavagem de Dinheiro	1
Lealdade	1
Legislação	1
Legislação	1
Legislação	1
Leis	5
Lentidão	11
Lentidão na Resolução de processos	1
Lentos nas decisões	1
Liberdade	3
Liberdade	1
Liberdade Condicional	1
Litigio	1
Má Justiça	1
Magistratura	1
Mais vale fazer justiça por meios próprios	1
Maldição	1
Mania do Poder	1
Manobras dilatórias ás quais os próprios juízes dão cobertura, não pensando sequer no sofrimento e nos prejuízos que causam ás pessoas deixando arrastar os processos durante anos, com manobras dilatórias de alguns advogados sem escrúpulos que protelam os processos apenas para ganhar tempo e aumentar o sofrimento das pessoas. Há processos que duram anos. Uma vergonha!!!!	1
Máquinas de Escrever	1
Medida	1
Medo	2
Medos	1
Melhorar	1
Mentira	5
Mentiras	4
Merda	1
Ministério da Justiça	1
Ministério Publico	1
Ministros	1
Mobiliário obsoleto	1
Modernidade	1
Moral	2
Morosidade	3
Muitas situações por resolver	1
Muito Caro	1
Nada	1

Necessidade	1
Nem sempre	1
Normas	1
Obrigação do Estado	1
Obrigações	1
Oficiais de Diligências	1
Onde todos os que têm dinheiro conseguem sair em liberdade	1
Oportunismo	2
Ordem	2
Os ricos e os pobres	1
Outras leis	1
Pagar pelos erros cometidos	1
Países Desenvolvidos	1
Palácios	1
Palhaçadas	1
Papeis	1
Papel	1
Papel nos olhos	1
Patr�es Incumpridores	1
Patr�es não Penalizados	1
Paz	1
Pedofilia	3
Pedófilos	2
Pena	4
Pena de Morte	1
Penalização dos culpados	1
Penas	1
Penas de Prisão	1
Penas Demasiado Leves	1
Penas iguais para ricos e pobres	1
Penso que a palavra justiça � uma maneira de todos podermos justificar os nossos erros e pensar no que devemos fazer para os podermos corrigir e sermos responsabilizados por tal	1
Perda de dinheiro	2
Perda de tempo	3
Perseguidores	1
Pesos de várias medidas	1
Pessoas	2
Pinto da Costa	1
Pinto da Costa e outros dirigentes de futebol	1
Pobres	1
Poder	5
Poder Paternal	1
Podridão	1
Polícia	3
Polícia Prisional	1
Políticos	1
Ponder�ncia	1

Por a ordem onde não existe	1
Porcaria	1
Práticas	1
Prender pedófilos	1
Prender raptos de crianças	1
Prepotência	1
Prevalência de Valores	1
Princípios e normas de direito adequadas	1
Prisão	6
Prisão Perpetua	1
Prisioneiros	1
Prisioneiros dos Gangs ou do Poder Instalado	1
Prisões	3
Problemas	1
Problemas	1
Processos	8
Processos acumulados	1
Processos em Tribunal inacabados	1
Processos Fantasmas	3
Processos Judiciais	1
Processos Morosos	1
Processos por Arquivar	1
Progresso	1
Pronúncia de sentenças	1
Proporção	1
Prostituição de Menores	1
Protecção	1
Proteger as pessoas	1
Provas orais e documentais	1
Provedor de Justiça	1
Punição	1
Que é uma injustiça não haver justiça	1
Que só existe para certas pessoas	1
Reconhecer	1
Recursos	1
Regime Socialista em que toda a sociedade são tratados por igualdade e os direitos humanos. Enquanto no regime capitalismo a corrupção divide a classe onde a sociedade onde a diferença entre as classes da sociedade.	1
Registo Criminal	1
Registo de Contumazes	1
Regras	1
Reino da selva	1
Resolução de Injustiças	1
Resolver algo	1
Respeito	3
Responsabilidade	1
Retribuição	1
Réu	2

Réus	1
Revolta	1
Ricos	2
Roma	1
Roubos	1
Saberes	1
Saco Azul	1
Salários Condignos	1
Salas de Audiência	2
Segurança	2
Sem Credibilidade	1
Sem Disciplina	1
Sem Rigor	1
Senhores Ricos	1
Sensação que os ricos brincam com a justiça	1
Sentença	4
Sentenças	1
Sentenças	1
Sentenças injustas	1
Ser justa é para isso que existe	1
Ser Mau	1
Seriedade	1
Solidariedade	2
Sorte	2
Sua Demora	1
Suborno	1
Subornos	2
Subornos de várias naturezas	1
Talvez	1
Televisão	1
Tempo	1
Testemunha	1
Testemunhas	2
Todos Iguais	1
Trabalho	1
Tráfico de Influências	1
Traição	1
Tratar mal as crianças	1
Tratar mal os doentes e os deficientes	1
Tribunais	20
Tribunais com poucas pessoas	1
Tribunal	7
Tristeza	2
Troca de interesses para futuros lugares chave	1
Tudo	1
Um mundo melhor	1
União	1
Vale e Azevedo	2

Valentim Loureiro	1
Valor Probatório	1
Vândalos	1
Venda nos olhos	1
Verdade	5
Verdade acima de tudo	1
Vergonha	2
Vida	1
Vigarice	1
Vigarice	1
Vigarices	2
Vinganças	1
Violência	1
Vitimas	2

Total de palavras referidas: 708

Anexo 21: Tabela de frequências totais da pergunta “Porquê?”

Lentidão / Morosidade	5
Foi feita justiça	3
Não respondeu á pergunta.	3
A investigação criminal faxina-me	1
Achei que a juíza foi bastante compreensiva em relação aos dois casos.	1
Ainda está a decorrer.	1
Apenas apareceram os queixosos e mesmo após a análise conseguiu dar razão á empresa em falta de pagamento.	1
Como é muito demorado os contactos são muito poucos	1
Consegui defender-me mas não consegui que me pagassem	1
Detesto arrogância, ar de superioridade	1
Deve ser feito em consciência e amor á profissão que se desempenha	1
Devido á atitude feudal dos juízes em geral e falta de objectivo do Ministério Publico querendo e mantendo a acusação até ás alegações finais, mesmo quando toda a prova produzida aponta para a absolvição	1
Devido á situação que era.	1
Fazem sempre estar á espera nada é feito a horas.	1
Fez-me pensar em muitas coisas	1
Foi desagradável porque perdi tempo e as sessões foram sucessivamente adiadas. Foi positivo, porque passei a constatar o estado miserável em que se encontra a nossa justiça e a mora no desenvolvimento dos processos.	1
Foi tratado pela seguradora sem ter sido necessário ir a tribunal	1
Foi uma situação breve	1
Fui condenado porque foi apanhado a conduzir com a carta do meu país e que Portugal deixou de reconhecer.	1
Ganhou a acção.	1
Juízes sem educação maltratam as testemunhas.	1
Muito agradável porque os juízes paz funcionam bem e rápido, assim como a segurança social a sua disponibilidade em conseguir que todo e qualquer	1

cidadão seja representado por um advogado em qualquer tribunal.	
Muito desagradável porque ainda hoje não se sabe o resultado do julgamento, passado quase dois anos. As pessoas vivem do ar neste país.	1
Muito desagradável porque de um lado estava uma grande empresa portuguesa e do outro os pais e algumas crianças. A Sra. Juíza deu razão á empresa que optou por fechar o infantário e fundamentou a seguinte frase “o prejuízo que a empresa terá com a continuação do infantário é assaz superior ao prejuízo para os pais”.	1
Não deu em nada	1
Não houve litígio, sem guerras e sem trocas de acusações. Foi simples, rápido e preciso.	1
Não se obteve o resultado esperado, portanto a justiça beneficia o infractor, e não protege os idosos, as crianças e os que não fazem mal a ninguém, como de resto foi o caso que aconteceu comigo.	1
Não tenho conhecimento do caso em que participei	1
Nem sequer houver julgamento. Apenas fui ouvida pela Policia Judiciaria	1
Nenhuma razão em concreto. Posso apontar o carácter íntegro das pessoas com quem lidei e o correcto funcionamento.	1
No 1º caso nem sequer fui ouvida. O juiz decidiu apressadamente. No 2º caso como fui multada por excesso de velocidade na Serra da Arrábida, viajando a uma velocidade de 82 km por hora e a juíza nem sequer soube dizer porque fui multada uma vez que circulava fora das localidades. Apenas disse que devia haver uma placa qualquer limitando a velocidade. Claro que não perdi tempo nem dinheiro. Mais valia pagar a multa e estar um mês sem conduzir do que perder tempo e dinheiro a contestar. Tudo a “Portuguesa”.	1
O acusado não pagou o que me roubou, nem devolveu os bens preciosos que tinha	1
O caso não foi resolvido	1
O juiz não soube decidir	1
O processo correu bem mas de forma lenta	1
O processo foi arquivado antes de ir a julgamento pois quem me pós o processo achava que podia ter algo por ser um processo-crime, mas o ministério publico achou que as provas apenas serviam para um processo cível.	1
Obteve efeitos desejados simplesmente	1
Para além de ter sido impugnado para o tribunal, pois o processo já vinha de anos anteriores, a morosidade e o tempo perdido para quem como eu, nada tinha a ver com o caso, é de facto absurdo.	1
Pois não nos entendíamos sobre o sustento das filhas	1
Por crime voluntario	1
Por ser injusto e falsa a acusação	1
Por ter voltado a ver as pessoas que me assaltaram a mim e á minha mulher.	1
Porque a justiça viu que eu tinha razão	1
Porque e por vezes e nos meus casos posso afirmar que nem sempre o ditado “tarda mas não falha” se pode aplicar á Justiça Portuguesa.	1
Porque eu faltei ao respeito	1
Porque fui condenado a prisão efectiva	1
Porque não gosto de problemas com ninguém, e porque, o que eu queria já	1

era bem claro e não precisava de ir a tribunal para este acontecer.	
Porque não há justiça nos tribunais. Nunca se faz justiça, aplicam-se leis e os juízes não têm sensibilidade social.	1
Porque se tratou de uma questão processual apenas, sem replicações concretas na minha vida.	1
Prepotência de quem administra a justiça. Discriminação de quem estar a julgar sobre quem é julgado. Arrogância da juíza do tribunal de menores que estava a beneficiar a outra parte, mesmo apresentando provas não me deixaram falar. O país e a sua justiça estão podres e muita gente quase prefere justiça pelos próprios meios.	1
Resolvido o problema ficaram dois anos de espera	1
Sentimento de impotência em relação á empresa onde trabalhei. Apesar de me ter informado sobre os meus direitos junto da Inspeção-geral do Trabalho, não avancei com o processo. Medo de perder, tempo e dinheiro e falta de conhecimento de outros casos.	1
Situação laboral onde houve processo disciplinar.	1
Só em tribunal é que foi possível resolver a situação do acidente onde o outro era culpado e sem seguro.	1
Três horas de espera numa sala onde estavam as testemunhas de acusação e defesa juntas, para no fim o julgamento ser adiado.	1